



ATA DE CONSULTA PÚBLICA

CONTRATAÇÃO DE SOLUÇÃO DE INTELIGÊNCIA ECONÔMICO FISCAL

PROCESSO N.º: 007413-1190-2009-1

Aos 13 dias do mês de novembro de 2009, reuniram-se em sessão de consulta pública os servidores Andresa Linhares de Oliveira, Renata Viana Simões, Marcus Vinícius, Martha Cristina Neves e Eliana Marcolino, representantes da Diretoria de Compras, Eufrásio Júnior, representante da STI, Cindy Andrade Moraes, representante da SUFIS, Wieland Silberschneider, Francisco Diniz, Amanda Oliveira, Maurício Fernandino, Leônidas Marques, Osvaldo Scavazza, representantes da SAIF, Felipe Del Nero, representante da Imagem, Luiza Teixeira, representante da IBM, Samuel Campos, representante da Universidade Federal de Lavras - UFLA, Daniela Campos, Flávio Fernandes e Márcio Mazzoni, representantes da SAS.

A reunião foi iniciada pelo representante da SAIF, Osvaldo, que fez uma breve apresentação da equipe. Em seguida, o servidor Wieland apresentou o projeto, contemplando os objetivos, especificações básicas e o produto esperado.

A sessão foi aberta para esclarecimentos de dúvidas e sugestões, as quais listamos abaixo:

- Foi solicitada a autorização da participação de consórcios (2 empresas) e melhoria da redação do subitem 3.6, esclarecendo o termo “subcontratação”.

- O representante da UFLA questionou como seria feita a comprovação solicitada no subitem 10.1.5.1 para o caso de instituições/fundações de ensino no projeto (vinculação de bolsistas). Foi questionada também a permissão para prestadores de serviço (individual) atuarem como membro da equipe. A DCOM esclareceu que irá analisar a inclusão de tal possibilidade e quais são os documentos necessários para habilitação.

- Foi solicitado verificar a possibilidade de apresentação de atestados emitidos por empresas estrangeiras. A DCOM esclareceu que irá verificar com a Assessoria Jurídica se existe algum tipo de exigência específica.

- Questionou-se qual a necessidade de informar no atestado solicitado no subitem 7.5.2.1 do edital a quantidade de prestadores de serviços. Foi esclarecido que a exigência do quantitativo visa possibilitar a análise de compatibilidade do atestado com o objeto licitado. Foi sugerido inserir a possibilidade de comprovação dos dados do tomador de serviços por meio de outras fontes oficiais de informação – ex: balanços.

- Foi questionado o motivo de não ser pontuado o fato dos softwares fornecidos serem do mesmo fornecedor, exceto ETL (subitem 1.2.1.c – Anexo I). Foi esclarecido que o intuito da SEF foi permitir maior competição, contudo, pela importância desse tipo de software, os critérios de pontuação técnica serão revistos de forma a diferenciar os fornecedores que detenham tal qualificação.

- Wieland questionou se estava claro a questão dos mapas correlacionados. Um dos presentes manifestou que na apresentação ficou claro, mas que no edital não estava claro a necessidade de dinamismo além da correlação com os dados (incluir no edital a necessidade de interatividade).

- Foi identificada a necessidade de melhorar a especificação dos requisitos essenciais dos mapas.

- Foi solicitada a alteração da redação do subitem 1.b do Anexo II, no tocante ao termo “perpétua”, pois existem softwares que exigem indicação da data limite de vigência, ainda que essa data seja, por exemplo, 31/12/2527. Foi sugerida alteração especificando possuir licenças de uso de software, por períodos de ativação automaticamente renováveis, a critério da SEF, sem ônus adicional.

- Foi solicitado melhorar a especificação da infra-estrutura que a SEF irá disponibilizar para o treinamento (subitem 1.2.3.1 – Anexo I).



- Foi solicitada revisão da redação do item 1.2.3.4 – Anexo I, de forma a prever antecedência mínima e acordo entre as partes.
- Foi solicitada revisão da redação do item 1.d – Anexo II de forma a esclarecer quais os demais requisitos não funcionais explicitados no edital.
- Foi solicitada a inclusão de cláusula no contrato que trate da propriedade intelectual dos softwares licenciados para a solução (o software não poderá ser “aberto”, de forma a preservar o software do fornecedor).
- Foi solicitada a revisão da redação do subitem 26.12 de forma que eventuais “bugs” de software não sejam caracterizados como vícios ocultos.
- Foi informado que o subitem 12.1.1 (preços) e outros relacionados a este serão excluídos.
- Foi esclarecido que os fornecedores terão liberdade para propor tudo que for necessário para a solução funcionar.
- A pedido dos fornecedores, será analisada junto à Assessoria Jurídica a necessidade de manter no contrato a exigência de guia de recolhimento do Inss (cláusula sétima – l, q) e a necessidade de entrega dos originais dos comprovantes de recolhimento dos encargos sociais (cláusula sétima – l, p).
- A pedido dos fornecedores será inserido como anexo do edital a especificação do servidor que hospedará a solução.
- O prazo para o envio de sugestões será até o dia 17/11/2009.

Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a sessão. //////////////////////////////////////